

PORTUGUÊS LÍNGUA ADICIONAL NO INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ: INSTITUCIONALIZAÇÃO E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

Portuguese as an Additional Language at the Federal Institute of Pará: Institutionalization and Language Policies



Revista dos Cursos de Letras e do Programa de Pós-graduação em Letras – Unifap

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 11/08/2025

Aprovação do trabalho: 12/10/2025

Publicação do trabalho: 16/11/2025

Edielson Monteiro da Silva  
edielson.silva@ifpa.edu.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)

COMO CITAR

MONTEIRO DA SILVA, Edielson. PORTUGUÊS LÍNGUA ADICIONAL NO INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ: INSTITUCIONALIZAÇÃO E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS. *Revista Letras Escreve*. v. 16, n. 1, p. 78-98. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/letrasescreve/article/view/1123>.

Resumo

Este artigo tem por objetivo discutir a institucionalização do Português Língua Adicional (PLA) no contexto do Instituto Federal do Pará (IFPA). Busca-se, de forma mais específica, colocar em relevo algumas ações voltadas a essa área e como essas contribuem ou não para a constituição de políticas linguísticas que visem favorecer um espaço formativo para estrangeiro que buscam a aprendizagem do português como língua não materna. A pesquisa se configura de abordagem qualitativo-interpretativista, de tipo documental (Bortoni-Ricardo, 2008) e situada no campo da Linguística Aplicada (Moita Lopes, 2006), tendo como corpus modalidades de ações feitas pela instituição para a difusão do PLA. Para tanto, convocamos autores como Calvet (2002, 2007); Almeida filho (2006, 2012); Mendes (2019) Schalatter (2020); Bizon e Diniz (2019); Diniz (2021) entre outros. Os resultados demonstram que há iniciativas por parte do IFPA para a oferta do PLA, no entanto, ainda são poucas dado a sua área de atuação e o que os Planos de desenvolvimento Institucionais apontam para a difusão do idioma e da Instituição.

Palavras-chave: políticas linguísticas; Instituto Federal do Pará; português língua adicional.

Abstract

The aim of this article is to discuss the institutionalization of Portuguese as an Additional Language (PLA) in the context of the Federal Institute of Pará (IFPA). More specifically, it seeks to highlight some of the actions aimed at this area and how these contribute or not to the constitution of language policies aimed at favoring a training space for foreigners who seek to learn Portuguese as a non-native language. The research is based on a qualitative-interpretative approach, of the documentary type (Bortoni-Ricardo, 2008) and situated in the field of Applied Linguistics (Moita Lopes, 2006), using as its corpus modalities of actions taken by the institution to disseminate PLA. To this end, we used authors such as Calvet (2002, 2007); Almeida Filho (2006, 2012); Mendes (2019) Schalatter (2020); Bizon and Diniz (2019); Diniz (2021), among others. The results show that there are initiatives on the part of the IFPA to offer PLA, however, they are still few given its area of activity and what the Institutional Development Plans point to for the dissemination of the language and the Institution.

Key words: language policies; Federal Institute of Pará; portuguese as an additional language.

Introdução

Com a ampliação da ideia de globalização, das relações comerciais e sociais, cada vez mais frequentes, observa-se também a expansão das línguas. Nesse sentido, em se tratando da língua portuguesa, especificamente a falada no Brasil, não é diferente. Dentro desse cenário, essa língua evoluiu linguisticamente e socialmente e sua importância tornou-se transnacional ou pluricêntrica (Schalatter, 2020). Desse modo, a percepção desse idioma como objeto de ensino para falantes de outras nacionalidades resulta desde o começo do Brasil colônia (Almeida Filho, 2012), logo, é necessário que as políticas linguísticas de fomento da língua façam jus a sua capacidade de impacto na sociedade nacional e internacional.

Atualmente, os fins para os quais as pessoas aprendem o português brasileiro voltam-se, de acordo com Garcia e Macedo (2015), para o trabalho, o turismo, os estudos. Além disso, a área de Português Língua Adicional (PLA) tem se deparado com questões de migrantes que saem dos seus países em decorrência de problemas econômicos, políticos, sociais e que se encontram em situação de vulnerabilidade (Bulla; Kuhn, 2020, p.12-13). Tais realidades impactam em ações de políticas linguísticas específicas que possam, minimamente, dar oportunidades para essas pessoas dos seus direitos no território brasileiro (Diniz, 2021, p. 237). Dessa forma, isso implica em pensar cursos e outras iniciativas que passem pelo conhecimento da língua portuguesa para que permitam que esses sujeitos sejam inseridos na sociedade brasileira de forma mais acolhedora e sem o viés exclusivo do assistencialismo e caridade, mas de forma integral com possibilidades de alcançarem autonomia social, econômica, cultural e linguística.

A partir dessa perspectiva, este estudo situa-se no campo da Linguística Aplicada (LA) (Moita Lopes, 2006), contribuindo com as pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Linguística Aplicada (NEPLA/UNIFAP/CNPQ). Como temática¹ de investigação delimitamos a configuração do Português Língua Adicional (PLA) no contexto do Instituto Federal do Pará (IFPA), focalizando políticas institucionais e linguísticas instituídas para essa língua.

Frente ao exposto e dado o tema de pesquisa proposto, a realização deste estudo se faz relevante ao buscar evidenciar, na região amazônica, resultados inéditos que refletem a proposta de investigar a criação, a oferta e a institucionalização de PLA no IFPA. Por isso, no tocante à consecução da pesquisa, realizamos um estudo qualitativo-interpretativista (Bortoni-Ricardo, 2008) situado na linguística aplicada (Moita Lopes, 2013).

Desse modo, a presente pesquisa se justifica como pertinente, pois no processo de promoção da língua portuguesa, como língua internacional e pluricêntrica (Moita Lopes, 2013; Mendes, 2019), a região Norte se destaca pela oferta de Cursos de PLE/PLA a participantes do Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G), migrantes refugiados, trabalhadores de outras nacionalidades, entre outros. Neste sentido, são várias as Instituições de ensino da região que ofertam esses cursos, como é o caso da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Universidade Federal de Roraima (UFRR) Instituto Federal de Roraima (IFRR); Universidade Federal do Acre (UFAC); Instituto Federal do Acre (IFAC); Instituto Federal de Rondônia (IFRO). Além dessas, podemos citar ainda o Instituto Federal do Amapá (IFAP) e o próprio Instituto Federal do Pará (IFPA) que já ofertaram ou desenvolvem,

¹Esse texto é um recorte da dissertação de mestrado de Silva (2023) intitulada Português Língua Adicional no Instituto Federal do Pará – Campus de Parauapebas: Configurações Institucionais de uma Política Linguística.

minimamente, alguma ação voltada para o PLA/PLE. Diante do exposto, sendo o IFPA uma instituição inserida na região Amazônica, faz-se importante saber quais políticas linguísticas há na região voltadas para a difusão dessa língua.

Assim, este artigo tem por objetivo discutir a institucionalização do Português Língua Adicional (PLA) no contexto do Instituto Federal do Pará. Busca-se, de forma mais específica, colocar em relevo algumas ações voltadas a essa área e como essas contribuem ou não para a constituição de políticas linguísticas que visem favorecer um espaço formativo para estrangeiro que buscam a aprendizagem do português como língua não materna.

Para atingirmos esses objetivos o texto foi organizado em cinco seções, sendo que na primeira tratamos sobre a introdução; na segunda apresentamos os teóricos que embasaram a discussão da pesquisa; na terceira descrevemos a metodologia; na quarta analisamos os dados coletados e, na última seção, propomos as considerações finais.

1 Políticas linguísticas no contexto brasileiro

O conceito de política está ligado às relações de poder. Arendt (2002, p. 9) argumenta que “[...] se entende a política em geral como uma relação entre dominadores e dominados”. Semelhante afirmação representa o que constantemente vivemos nas nossas relações em sociedade, ora delegando, ora executando ações que serão reflexos no meio em que atuamos.

Toda e qualquer ação que tenha como objetivo interferir na vivência em sociedade será, em alguma medida, fruto do ato político. No entanto, mesmo sabendo que vivemos em sociedade e que influenciemos e somos influenciados, as provocações ou buscas de direitos nem sempre é natural. Quando se trata de políticas linguísticas para a promoção da língua portuguesa como língua não materna, em especial, percebe-se que a área tem se desenvolvido conforme apontam Schlatter (2020) e Diniz (2021). Mesmo assim ainda falta mais incentivo, salvo as devidas proporções, se comparado com a língua espanhola ou inglesa. Sobre essas línguas, destaca-se que o Inglês é obrigatório a partir do sexto ano do ensino fundamental e o espanhol aparece como podendo ser ofertada no ensino médio a depender da necessidade das instituições de ensino, conforme aponta a Base Nacional Comum Curricular, Brasil (2017).

Silva (2013, p.296) diz que “[...] a Política Linguística emerge e se consolida como campo acadêmico e atividade técnico - científica ao longo das décadas de 1960 e 1970”. A afirmação do autor evidencia que, mesmo recente, as décadas citadas foram importantes para trazerem à discussão o papel das políticas linguísticas como impulsionadoras para a constituição de um campo da área como objeto de estudo no cenário internacional, posteriormente nacional. No Brasil, as pesquisas voltadas para as línguas indígenas, LIBRAS e imigração ganharam espaço. Isso demonstra que mesmo sendo tardias ou deficientes, não se pode dizer que não há políticas implementadas, no entanto, o que precisa ser melhorado é a intensificação e aperfeiçoamento das já existentes para que se justifique a busca por outras. Dessa feita, para que estas consigam preencher lacunas de promoção das línguas em âmbito nacional e internacional é preciso que haja esforços e vontade política concatenadas a um olhar que é social, mas também acional.

Essa busca por espaço e consolidação vem junto com as discussões terminológicas mais adequadas a serem usadas. Em nosso trabalho entendemos mais adequado associar política ao planejamento linguístico como sendo dois termos distintos, mas relacionados e complementares.

Calvet (2002, p. 133) define política linguística sendo “[...] um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social”. Essa afirmação evidencia que a responsabilidade que o conceito carrega ultrapassa a fronteira da lei e se associa à relação e ao impacto que isso pode causar na sociedade e na forma como as pessoas poderão usar e exigir atitudes mais efetivas para benefício dos mais necessitados, ao mesmo tempo que se relaciona com o social, precisa passar ao estado da garantia por meio de leis, instruções, resoluções, por exemplo, como respostas.

Na garantia da realização e atendimento das políticas linguísticas, Severo (2013, p.451) diz que tal ato de regulamentação de alguma ação política está, muitas vezes, associado ao aspecto formal da associação do legislativo ao Estado. Ampliando a discussão, significa dizer que é válido que o poder público e Instituições realizem atividades que atendam à população, porém a segurança por meio de um ato de governo que dê garantias para a execução de projetos se faz imprescindível, mas não qualquer ato governamental e nem de qualquer jeito.

Calvet (2002, p. 136) afirma que “a política linguística suscita problemas de controle democrático (não deixar os que tomam decisões fazer o que lhes der na telha) e de interação entre a análise das situações feita pelas instâncias de poder e a análise, quase sempre intuitiva, feita pelo povo”. Nessa perspectiva, a organização e decisão governamental e institucional sobre quais e como as políticas linguísticas serão pensadas e ofertadas requer cautela e conhecimento dos impactos no contexto social. Não basta que uma política seja decidida sem consulta aos que vão se beneficiar dela, pois dessa forma o princípio democrático do contraditório não seria colocado em exercício. Por outro lado, não é saudável que decisões importantes que beneficiarão à população sejam fortemente influenciadas pelo “achismo” do povo. Portanto, o equilíbrio entre quem toma decisões e quem será contemplado com políticas precisa ser posto em prática. Ademais, as ações de política precisam, realmente, serem executadas.

Segundo Calvet (2002, p. 133,134) “[...] num campo tão importante quanto o das relações entre língua e vida social só o estado tem o poder e os meios de passar ao estágio do planejamento de pôr em prática suas escolhas políticas”. A afirmação do autor é polêmica ao delegar, somente ao estado, a capacidade de executar o que foi legislado. Sabemos, sim, que o estado carrega todo o aparato estatal financeiro, legislativo, de assistencialismo, que são necessários para a execução de políticas, mas também entendemos que, enquanto população, podemos tomar iniciativas, baseadas na legislação vigente, que possam intervir na comunidade que vivemos, no nosso local de trabalho, principalmente relacionados à língua. É notória que a missão de execução de políticas não pode ser realizada apenas pelo estado, pois estaríamos, novamente, delegando ao governo o que é preciso para a sociedade que vivemos, sem a possibilidade de intervir baseado nas realidades individuais de cada lugar.

Nesse sentido, Calvet (2007, p.11) diz que “a intervenção humana na língua ou nas situações linguísticas não é novidade: sempre houve indivíduos tentando legislar, ditar o uso correto ou intervir na forma da língua” (grifo do autor). A afirmação de Calvet é pertinente e traz ao escopo do debate como podemos ser prejudicados ou mal assistidos se o que o governo ou a sociedade propõe não for, minimamente, discutido e analisado com os anseios e realidades da população, principalmente no âmbito municipal.

Em vista disso, Calvet (2002) ao falar das relações da língua com a sociedade aponta dois conceitos importantes e diferentes, mas que podem ser complementares chamados gestão in vivo e gestão in vitro. Basicamente, o autor, ao falar de gestão, refere-se ao modo como a perspectiva de quem convive e usa a língua a concebe e de quem gere a língua do seu ponto de vista legal.

Gestão in vivo, segundo Calvet (2002, p. 134) “refere-se ao modo como as pessoas, cotidianamente confrontadas com problemas de comunicação, os resolvem”. Desde esse ponto de vista, esse tipo de gestão busca, por meio do uso e das adaptações de comunicação, que a língua exerça um papel de autorregulação e adaptação ao meio de acordo com a sua necessidade e vontade que, muitas vezes, pode ser forçada a partir de um viés pessoal e convencional, mas que não deixa de existir no seio experimental das relações sociais.

Por outro lado, o termo gestão in vitro, segundo o mesmo autor passa por uma questão que vai além do uso e da legitimação social e passa a ser pensada, arquitetada para responder a questões artificiais de existência da língua, ou seja, é criada com um viés construído intencionalmente para serem aplicadas. Sendo assim, isso provoca uma discussão na relação em que é criada, maturada e gerada a legislação e políticas linguísticas para a promoção e difusão das línguas. Não há como regular as línguas, em especial a língua portuguesa, pois se trata de uma diversidade que está atrelada à língua nos seus contextos regionais, locais, geográfico, social e político.

Com relação a isso, entendemos, pois, que as políticas são, portanto, importantes para garantir, do ponto de vista legal, o direito de usufruir ao que foi legislado. Por isso, pensar as políticas linguísticas do português como língua adicional, por exemplo, é oferecer o meio para que a efetivação das práticas, seja de oferta de cursos, visibilidade da língua, formação de professores, ensino de idioma, produção de materiais didáticos entre outras sejam potencializadas e alcancem resultados mais expressivos, capazes de gerar, dentro das instituições de ensino pública ou privada, o aprimoramento e a ampliação do debate e de ações para colocar em evidência a língua portuguesa e a sua diversidade.

1.1 Ações de políticas linguísticas de Português Língua Adicional

A diversidade linguística no Brasil sempre existiu. À época de sua suposta descoberta pelos portugueses, muitos povos indígenas já habitavam a região, consequentemente, usavam seus idiomas. Com relação à língua portuguesa brasileira, falada nos quatro cantos do território há, também, as variações que o idioma sofre por ser usado em um país com dimensões continentais (Lucchesi, 2012). Toda a diversidade da língua passou a ser motivo de reflexão quanto à sua consolidação desde o século XVIII quando o Brasil ainda era colônia de Portugal (Oliveira e Barboza, 2014). Esse processo de institucionalização e legitimação perdurou por muito tempo sob o viés de legislações específicas que deram consistência para a língua portuguesa, como o “Ensino de primeiras letras”. Tal projeto consistia em dar condições para aquisição de estrutura básica de leitura e escrita em língua materna, além de conhecimento mínimo de números. Seguindo com a mesma ideia, Oliveira e Barboza (2014, p. 18) afirmam que em 1770, Marquês de Pombal evidencia a imposição da língua portuguesa, em detrimento de outras que já existiam em nosso território. Ademais, a própria discussão política pela exigência da instituição de uma língua portuguesa, trouxe ao escopo a precarização do ensino pela falta de docentes adequados com formação para protagonizar as ações do ensino que o governo da época preconizava.

No que concerne aos estudos do português brasileiro como língua estrangeira e ou adicional, há mais visibilidade quando os diversos alunos começam a entrar nas universidades, pois essa demanda de um público que já tem conhecimento de outras línguas requer uma abordagem mais plural. Segundo Almeida Filho (2012, p. 726) destacam-se como marco dessa época o curso de PLE

da Universidade Católica do Rio Grande do Sul e a criação por parte da professora Mercedes Marchand do manual didático *O ensino de português para estrangeiros*.

Nessa perspectiva de crescimento da área, os anos de 1960 revelam um volume intenso de abertura de cursos de português em universidade estrangeira. Almeida filho (2012, p. 726) diz que “ocorre o ciclo efervescente de criações de cursos universitários de Português em universidades dos Estados Unidos do qual o livro “Modern Portuguese” é talvez o melhor símbolo” que teve, inclusive, participação de estudiosos brasileiros na produção de material didático. Esse crescimento de oferta de curso fora do país contribuiu para o desenvolvimento da área no Brasil que passa a ter traços do PB na produção de materiais. “Somente no final da década de 70, Biazoli e Gomes de Matos, do Centro Yázigy de Linguística Aplicada em São Paulo, publicariam outra série importante de ensino do PLE, o Português do Brasil para Estrangeiros”. (Almeida Filho, 2006, p. 14)

Ainda na década de 1970, tanto a USP quanto a UNICAMP, duas universidades conhecidas e renomadas, passam a ofertar e constituírem-se como pioneiras no ensino de PLE no Brasil, fato que corrobora para o protagonismo das Instituições de nível Superior na consecução do português como língua não materna. Esse protagonismo inaugura, também, conforme Almeida Filho (2012) a iniciativa da UNICAMP de contratação de docente de PLE para ministrar aulas e contribuir com a pesquisa na área. Tal atitude da Instituição de ensino demonstra a visão e preocupação para o desenvolvimento do campo em número e qualidade.

Nessa mesma ótica de expansão, a USP também propõe cursos de PLE, porém no âmbito da extensão, fato este que Almeida Filho (2012, p. 726) diz que “[...] não prejudicou a oferta de cursos ao grande contingente de alunos estrangeiros na Instituição, mas também não alçou o trabalho de ensino do Português para Estrangeiros a níveis mais impactantes de estabelecimento da nova especialidade”.

Sob esse viés histórico, Schlatter (2020, p. 491) afirma que os anos 1980 e 1990 foram produtivos para a criação e ampliação do ensino e aprendizagem de PLA. O boom de ofertas de cursos ou qualquer atividade voltada para o português como língua adicional tem uma motivação latente que é a necessidade de uso e cada vez mais expansão da língua. Essa visibilidade da língua e real necessidade de oferta, ocorre, a partir do momento em que só proporcionar cursos ou atividades de extensão não são mais suficientes, ou seja, as Universidades e Instituições de Ensino precisam enfrentar o problema de forma a atuar dentro dos cursos de letras com disciplinas e práticas voltadas para o português que não sejam apenas como língua materna. A perspectiva apresentada pela autora sobre o aumento do ensino de português como língua adicional, associada ao desafio de formar professores e materiais didáticos que explorassem uma visão de ensino que fosse diferente da abordagem da língua materna é o novo desafio diante de uma realidade que foi se revelando e, naturalmente, interferindo nas concepções de língua, linguagem e metodologia dos docentes que passariam a atuar com tal público.

A importância e a função das universidades, nesse processo de oferta de cursos de português como língua estrangeira, refletiram na criação de artigos científicos sobre o PLE, na década de 1980, sob a coordenação do próprio Almeida Filho. De acordo com Schlatter (2020) essas produções científicas tratavam dos desafios que envolvem ensinar a língua portuguesa como adicional, nos seguintes aspectos: o que ensinar, como ensinar e que ferramentas didáticas e materiais seriam utilizadas para tal, afinal, a diversidade de aprendentes do português que estudariam o idioma, demandaria pensar a criação de aulas e atividades cada vez mais plurais e voltadas para a ação dos estudantes na realidade onde estivessem inseridos.

Já em 1992, é criada a Sociedade Internacional para o Português Língua Estrangeira (SIPLE) e, em 1994, o Exame Nacional de Proficiência em PLE, Celpe-Bras. Posteriormente, deu-se o processo de credenciamento de postos aplicadores do Celpe-Bras, entre eles os “Centros e Institutos Culturais do Brasil (hoje Rede Brasil Cultural)” (Schlatter, 2020, p. 493). A própria autora evidencia que essas ações políticas foram importantes para o estreitamento de políticas que envolvessem os países membros do MERCOSUL para parcerias de difusão das línguas portuguesa e espanhola.

Entre várias outras ações de políticas linguísticas pode-se destacar, no ano de 1996, a criação da comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP) que visa a promoção e difusão da língua portuguesa; posteriormente, em 2002, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) que também tem como foco de atuação ações linguísticas de visibilidade da língua portuguesa. Todas as ações apresentadas por Schlatter (2020) revelam uma mobilização que é benéfica para a língua portuguesa e deixa aberta a continuidade de ações e iniciativas para o PLA nas áreas econômicas, sociais e educacionais.

Atualmente, os estudos de PLA são realizados, em contextos de diversas universidades pelo Brasil, quais sejam: UFPE UFBA, UFF, UNICAMP, UFRGS, UNB, UFRJ, UFMG, UFPR entre outras, principalmente no âmbito da extensão como apontam os estudos de Bizon e Diniz (2018, 2019), Bessa; Weiss (2020) e Schlatter (2020). Ampliando o quadro de cursos de PLE/PLA, destacamos na região Norte a UNIFAP que oferta desde 2014 um curso livre de Português para estrangeiros com foco no exame Celpe-Bras, conforme Alencar (2018, p. 334) e Gomes (2020, p. 87). Na UFPA há o projeto de extensão Português Língua Estrangeira (PLE), que iniciou as ofertas de cursos no ano 2006 e tem como foco aulas para alunos PEC G2 que fazem o exame Celpe-Bras (Santos, 2017, p. 108). A UFAM, oferece cursos de português para estrangeiros por meio do Centro de Idiomas (CEL), vinculado ao Departamento de Línguas e Literaturas Estrangeiras (DLLE). Seu foco é um curso para preparação de candidatos que realizarão a prova de Certificação do Celpe-Bras, principalmente, alunos do Programa de Estudantes - Convênio de Graduação (PEC-G). A UFAC que oferta cursos com foco para estrangeiros que farão o exame Celpe-Bras. Ademais, há outras Instituições que ofertam ou ofertaram turma de PLE/PLA na região como: o IFRO com o curso Português Língua Adicional (PLA) em rede; A UFRR com o curso de português para estrangeiros; IFRR com o curso Português para estrangeiros; IFAC com curso de português para estrangeiros.

Pode-se dizer que esse cenário de ofertas de cursos de PLA tem crescido, mesmo com todas as dificuldades, e tem evoluído para além de cursos de extensão alcançando o âmbito da graduação, como aponta Schlatter (2020, p.494) “hoje há quatro universidades que oferecem licenciatura na área (UnB, UFBA, Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, Unicamp)”. No estado do Pará, podemos destacar a UFPA que no ano de 2021 ofertou vaga em concurso público para provimento de cargo efetivo sob o edital nº 116 de 17 de junho de 2021. Indubitavelmente, essa postura da universidade, por meio do seu Instituto de Letras e Comunicação fortalece o campo do PLA/PLE na região Norte do Brasil e estimula outras instituições a seguir por tal caminho.

No âmbito da Pós-graduação, em uma breve pesquisa na rede mundial de computadores usando as palavras chaves “português língua estrangeira”, identificamos que o Centro Universitário Internacional Uninter oferece no seu quadro de cursos à distância Lato Sensu, conforme consta no seu site a Pós em “Docência da língua Portuguesa para estrangeiros” que tem como finalidade oferecer

suporte metodológico para o profissional trabalhar com o PLE. Ademais, a PUC Rio de Janeiro ofertou, no ano de 2023, também a distância, uma especialização que visa contribuir com a formação de professores de português para estrangeiros. Tais fatos evidenciam o quanto a área de PLE tem avançado nos últimos anos com mais propriedade e legitimação, mas ainda tem enfrentado problemas pela falta de investimentos financeiro e profissionais capacitados para a execução e afirmação do PLA no Brasil e no mundo.

As ações de difusão e internacionalização da língua portuguesa no cenário mundial ganham cada vez mais representatividade e importância, visto que o Brasil vem se tornando mais atrativo no mundo dos negócios e no setor educacional, conforme aponta Almeida Filho (2012). Daí a importância de oferta do ensino da língua portuguesa como não materna como políticas linguísticas oficiais e políticas linguísticas de facto (Shohamy, 2006) nas universidades, institutos e escolas de idiomas em geral.

Hoje, “na condição de maior país de língua portuguesa e com maior contingente de falantes nativos [...] o esforço educacional, cultural e político de apoio ao idioma empreendido no país” (Almeida Filho, 2006, p. 13) precisa trazer à baila uma perspectiva positiva do ponto de vista da visibilidade da língua. No entanto, ao pensarmos o português numa perspectiva mais global ainda nos deparamos com um cenário de timidez em ações para a promoção da língua. Segundo Mendes (2019)

o comportamento mais ou menos padrão de isolamento das políticas linguísticas voltadas para o português afeta não apenas as ações de projeção dessa língua como idioma global, mas também as políticas para as outras línguas que convivem no caldeirão multilíngue que é a nossa comunidade mais ampla lusofalante. (Mendes, 2019, p. 40)

A afirmação da autora é pertinente, pois não se pode pensar em crescimento de políticas linguísticas para uma determinada área, enquanto outras serão apagadas e/ou não serão atendidas. Em suma, ainda com base na autora, deve-se agir com o objetivo de aproveitar a visibilidade do português em âmbito mundial para o seu fortalecimento, de modo que se cumpra com o seu papel que é servir aos que dela precisam.

No cenário de fortalecimento da área, pode-se dizer que existem ações para o português como língua não materna que são estratégicas como o Celpe-Bras e a demanda por materiais didáticos que o desenvolvimento da proficiência gerou, além de necessidade de materiais didáticos para pessoas em contexto de migração para o Brasil.

Sobre o certificado de proficiência em língua portuguesa (Celpe-Bras), pode-se dizer que é um produto de política linguística e, talvez, o maior já realizado, uma vez que tem o caráter de promover a língua portuguesa internacionalmente e colocar em evidência no cenário global. Além de estar presente em países latino-americanos, no documento base do exame, Brasil (2020, p.19) afirma que “[...] o Celpe-Bras também se fortalece como instrumento de política linguística, estando presente, em 2019, em 48 postos aplicadores no Brasil e em 78 postos no exterior, espalhados por 42 países dos continentes americano, africano, europeu e asiático”. Toda essa expansão do exame de proficiência requer materiais didáticos para a preparação dos candidatos que prestarão o exame.

Dentro da perspectiva e busca de fortalecimento para o ensino de PLA, Bizon e Diniz (2019) tratam do livro didático como um instrumento de política linguística, pois exige uma escolha baseada em práticas educacionais que atendam demandas específicas. A declaração dos autores, ao considerar o material didático uma política linguística, é pertinente, afinal, o professor escolhe ou elabora um material a partir de uma concepção de sua formação que é laboral, mas também sociocultural, acional.

Nessa ótica, Diniz (2021, p. 236) afirma que “afinal, não poderíamos estruturar essa ação de política linguística sem a efetiva participação de membros dos grupos para os quais essa política está voltada”. A participação dos sujeitos visibilizados dos quais tratam (Bizon e Diniz, 2019) precisa ser avaliada como preponderante para que a perspectiva da gestão *in vitro*, falada por Calvet (2007), não se constitua na elaboração de materiais didáticos.

Por conseguinte, as ações de um exame de proficiência, como o Celpe-Bras e a preocupação de um material didático mais adequado para o ensino de PLA, caracteriza-se como ações alinhadas para uma maior visibilidade e internacionalização da língua. Nesse sentido, o PLA se candidata a ser transnacional (Schlatter, 2020) e ganha espaço para proporcionar a internacionalização do idioma de modo a consolidar-se como uma ação que vai muito além de um ato legislativo, tornando-se essencial e contribuinte para o reconhecimento de uma sociedade mais aberta ao novo.

Na perspectiva da internacionalização é importante enfatizar que essa prática já é uma realidade nas Universidades e Institutos Federais. De acordo com Guimarães e Finardi (2021, p. 7) “no Brasil, a internacionalização teve impulso com o programa ‘Ciência sem Fronteiras’ (CsF), que funcionou entre 2011 e 2017 enviando mais de 100 mil estudantes (com foco na graduação) para o exterior”. Mesmo diante das dificuldades desse programa principalmente em função da inabilidade da língua estrangeira, como indicam os mesmos autores, foi possível perceber que houve, minimamente, a mobilidade acadêmica.

Convém enfatizar que o próprio IFPA tem parceria Internacional e busca ampliar tais ações. Esse aumento de cooperações internacionais precisa refletir em avanços que vão além da proficiência em uma língua estrangeira, mas em trocas interculturais, tecnologia e ampliação de pesquisas para que não se caia no erro de associar a internacionalização somente ao ensino de idiomas (Wit, 2011).

Portanto, olhar para fora das extremidades institucionais relega um exercício que não é simples, mas necessário. Inevitavelmente, os desafios que envolvem pensar e executar ações relacionadas às línguas requerem investimento, logo, pensar o PLA no Brasil já apresenta dificuldades, como falta de investimento de docentes que trabalhem especificamente com o PLA, inserção do PLA nos currículos dos cursos de nível superior da área de letras, além de investimento financeiro. No contexto da região Norte, por sua vez, esse desafio tende a ser maior, mas não menos promissor e verdadeiro. Nesse sentido, é imperioso que a área se desenvolva, a começar pela consolidação terminológica para que ganhe um olhar que proporcione ações mais concretas de estruturação e ampliação das pesquisas.

2 Aspectos metodológicos

A pesquisa configura-se como de abordagem qualitativo-interpretativista, de tipo documental (Bortoni-Ricardo, 2008) e situada no campo da Linguística Aplicada (Moita Lopes, 2006), tendo como corpus modalidades de ações feitas pela instituição para a difusão do PLA. Sob esse viés, conforme já mencionado na introdução, o objetivo que guia as reflexões aqui apresentadas é discutir a institucionalização do Português Língua Adicional (PLA) no contexto do Instituto Federal do Pará. Busca-se, de forma mais específica, colocar em relevo algumas ações voltadas a essa área e como essas contribuem ou não para a constituição de políticas linguísticas que visem favorecer um espaço formativo para estrangeiros que buscam a aprendizagem do português como língua não materna.

Frente a esses objetivos, duas questões direcionam as nossas análises:

1. Qual(ais) curso(s), eventos de PLA foram propostos pelo IFPA e como se caracterizam?

2. Quais motivos teriam contribuído para o estabelecimento de Políticas para o PLA no IFPA?

Optamos por fazer a pesquisa de forma qualitativa-interpretativista (Bortoni-Ricardo, 2008), com foco em análise de documentos, pois em consonância com a nossa proposta de analisar o processo de implementação de políticas institucionais de inserção e oferta do PLA no Instituto Federal do Pará pareceu-nos mais adequado prosseguir de tal modo.

Do ponto de vista dos documentos como elementos de geração de dados em nossa investigação, Ludke e André (1986, p. 38) argumentam que “a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos seja complementando as informações obtidas por outras técnicas seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. Assim, pesquisamos e analisamos eventos e ações relacionados ao PLA/PLE no IFPA, pois entendemos que se caracterizam como *corpus* e, portanto, estão diretamente relacionados com as políticas Institucionais e linguística em relação à área de PLA. Para a localização de ações voltadas a área realizamos a busca nos sites institucionais do IFPA com as palavras-chave “Português língua estrangeira” e “Português língua adicional”. Identificamos um único curso ofertado no ano de (2018) e um relato de experiência ainda fruto desse curso no ano de 2019 em evento realizado pelo IFPA que tinha como objetivo falar da Internacionalização da Instituição. Os resultados apresentados geraram certo desânimo e abandonamos esse processo da pesquisa.

Realizamos uma nova busca no início do mês de abril de 2022 e uma terceira vez no mês de junho 2022 e usando os mesmos termos da primeira e segunda vez em todos os sites Institucionais. Encontramos, na terceira tentativa, mais ações referentes ao PLE/PLA no IFPA. Mesmo assim, resolvemos mudar a palavra-chave para “Português”. Com essa palavra de busca houve mais uma indicação que não era PLE ou PLA, necessariamente, que foi a notícia sobre a capacitação de indígenas para atuarem dentro das próprias Aldeias, mas que poderia levar ao desdobramento de alguma atividade relacionada ao PLA. Dessa forma, constituiu-se o processo de pesquisa de ações de PLA no IFPA.

Para a composição do *corpus* consideramos os seguintes dados:

Quadro 1 - Apresentação e organização do corpus da pesquisa

AÇÕES DE PLA		
MODALIDADE DE AÇÃO	ANO/VIGÊNCIA	FINALIDADE
Curso: Português como língua estrangeira	2018	Trabalhar aspectos comunicacionais e culturais de PLE.
Oficina: Ensino de Português como Língua estrangeira (PLE): Compartilhando experiência docente	2019	Compartilhar experiências docentes com quem trabalha com refugiados.
II Encontro de Internacionalização do IFPA (Eninter ³)	2019	Discutir a internacionalização no IFPA

³O terceiro Eninter, realizado em 2021 e o quarto que foi realizado em 2023, não apresentaram nada voltado para o português como língua adicional, como mostram as programações do evento disponível em: <https://www.even3.com.br/iiieninter/>; <https://www.even3.com.br/iveninter/>.

Curso de Formação inicial e continuada de língua portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para surdos – básico	2022	Ensinar a língua portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para surdos
Proposta de cursos: - Língua Portuguesa -Comunicação e português Instrumental I	2022	Realizar levantamento de cursos para Jovens Venezuelanos em situação de vulnerabilidade social
Notícia Capacitação: IFPA capacita indígenas para atuarem em aldeias como educadores e técnicos	2022	Capacitar para atuação em áreas indígenas.

FONTE: Elaboração própria.

Após o levantamento das ações de PLA acima, procuramos organizar, primeiramente, todos os dados levantados de modo que pudéssemos ter uma visão panorâmica para lermos e destacarmos somente o que nos pareceu mais pertinente. Posteriormente, fizemos uma leitura mais detalhada e refinamos o que foi coletado de modo que fizemos a organização do quadro, pois entendemos que essa ação permitiria enxergar os dados de forma organizada e sintética.

O processo de coleta de dados, deu-se pela busca de ações de PLA realizadas pelo IFPA para que pudéssemos identificar o que já havia sido realizado, pois entendemos que as ações realizadas estão como parte de metas a serem atingidas a partir de documentos institucionais. Diante do exposto, definimos como categoria de análise “Planejamento linguístico de PLA no IFPA”.

Apresentados os aspectos metodológicos que incluem o corpus e a categoria, na próxima seção apresentamos a análise dos dados.

3 Planejamento Linguístico de PLA NO IFPA

Na consecução desta pesquisa este pesquisador concebe o PLA como um conceito Guarda-chuva (Ramos, 2021), justamente pelo campo ainda passar por inconsistência terminológica diante das especificidades do português como língua não materna no cenário global e nacional. Assim, neste artigo, o PLA ou o que está relacionado ao conceito, de modo geral, é tudo que não se refere à língua portuguesa como materna.

Em consonância com a primeira questão de pesquisa deste artigo que trata dos cursos e ações de PLA ofertados pelo IFPA, focalizando a configuração da oferta de modo a mapeá-los em relação a perfil, público-alvo, proposta teórico-metodológica, a seguir, mostramos, no quadro 2, a constituição das atividades de PLA que chamaremos de modalidades de ações, justamente por não se caracterizarem somente como cursos.

Quadro 2: Modalidade de ações realizadas no IFPA com relação ao PLA

Modalidade de ação	Perfil	Público-alvo	Ano	Proposta teórico - metodológica	Campi
Curso: Português como língua estrangeira	Trata-se de um curso voltado para venezuelanos que migraram para Belém que	Venezuelanos que fugiram de seu país devido a crise política-humanitária	2018	Com foco na comunicação/ação nos temas relacionados a melhor condição de vida, além de temas	Belém

	não tem domínio da língua portuguesa			da cultura paraense e brasileira em geral.	
Oficina Ensino de Português como Língua estrangeira (PLE): Compartilhando experiência docente	Oficina que visa atender a demanda dos professores de Línguas do IFPA, que buscam aperfeiçoamento para trabalharem com a comunidade refugiada assistida pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH).	Professores de língua do IFPA.	2019	Apresentação de experiências docente.	Proex - Belém
II Encontro de Internacionalização do IFPA (Eninter)	Ações para internacionalização do IFPA	Servidores e comunidade acadêmica	2019	Apresentação de música, palestras sobre a internacionalização e relato de experiências sobre O ensino do Português como Língua Adicional no Centro de Idiomas do IFPA/ Campus Belém"	Proex - Belém
Curso de formação inicial e continuada de língua portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para surdos - básico	Trata-se de um curso destinado a pessoas surdas que possuam algum conhecimento da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	Alunos que possuem conhecimento em Libras com o ensino fundamental completo	2022	Com foco na comunicação/escrita e duração de dois semestres, o curso tem por finalidade ensinar a língua portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para surdos a nível básico; analisar a escrita das pessoas surdas e identificar qual os desvios e conhecimentos que os participantes possuem da língua portuguesa.	Parauapebas
Proposta de cursos: - Língua Portuguesa - Comunicação e português Instrumental I	Jovens venezuelanos da Etnia <i>Warao</i> em situação de vulnerabilidade social	Venezuelanos da Etnia <i>Warao</i> .	2022	Curso de formação inicial e continuada e cursos de curta duração. Em processo de levantamento.	Belém
Notícia Capacitação: IFPA capacita indígenas para	Capacitação de indígenas Parakanã, entre	Indígenas parakanã	2022	Auxiliar nas dificuldades de realização dos	Conceição do Araguaia

atuarem em aldeias como educadores e técnicos	outros, para atuarem nas aldeias onde vivem			cursos nas áreas de abrangência dos territórios indígenas, principalmente com relação aos cursos realizados e a língua portuguesa.	
---	---	--	--	--	--

Fonte: Elaboração própria.

Analizando o quadro 2 sobre as ações realizadas no IFPA vemos que das 7 modalidades de ações há 2 cursos, um de PLE para venezuelanos realizado em 2018 e um de escrita do português como L2 para surdos realizado no ano de 2022. Duas propostas de cursos de Português (2022) que não usa os termos PLE ou PLA, mas que entendemos se tratar disso, pois o público é jovens venezuelanos. Um relato de experiência no evento sobre a Internacionalização do IFPA sobre a experiência docente em um curso de português para estrangeiros (2019) inclusive é o mesmo já citado que foi realizado com Indígenas no ano de 2018. Uma oficina sobre PLE (2019) para quem trabalha com pessoas em situação de vulnerabilidade social e uma notícia (2022) que fala da capacitação que o IFPA fará com indígenas que trabalham ou trabalharão nas suas aldeias como educadores ou servidores.

Algumas características do quadro 2 chamam atenção, como: 1) a quantidade de ações; 2) onde estão ou foram realizadas; 3) ano de realização das atividades e a 4) necessidade de formação que fica evidente nas propostas de cursos que estão associadas a questões sociais. Com relação a quantidade de ações de PLE/PLA fica evidente que são poucas, dado o tamanho do IFPA que tem 18 campi⁴ e está presente nas 12 regiões de integração do Pará.

Além disso, a predominância de ações na capital Belém nos inquieta e faz questionar até que ponto a demanda de ações para o PLA está somente na capital ou se as políticas linguísticas sofrem problemas de parcerias entre órgãos públicos municipais, estaduais, de implementação nos *campi* do interior do seu ponto de vista de público, profissionais, estrutura física etc.

A terceira característica que trata do ano de realização de ações de PLE/PLA chama a atenção, pois surge a partir do ano 2018, conforme consta nos sites Institucionais. O fator ano salta aos olhos, pois há pelo menos dois pontos a serem considerados: o primeiro coincide com a política de implementação de diretrizes das atividades de Extensão do IFPA e seus Centros de idiomas. O segundo ponto é o agravamento de problemas econômicos e sociais de países vizinhos que gerou migração em massa de Venezuelanos para o Brasil, principalmente a partir do ano 2015, conforme aponta UNICEF.

Em resposta à pergunta de pesquisa 2 que diz quais motivos teriam contribuído para o estabelecimento de políticas para o PLA no IFPA, compreendemos que a necessidade dos Venezuelanos no contexto sociocultural e econômico de Belém foi um fator motivador para o desenvolvimento de ações voltadas para o PLA no IFPA com um olhar mais humano e preocupado com o atendimento de necessidades educacionais, morais, norteadoras e de formação.

Sobre esse ponto Diniz (2021, p. 232) nos faz lembrar que “[...] pesquisas tem impactado

⁴Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Belém, Breves, Bragança, Cametá, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá (com dois Campi, sendo um Industrial e outro Rural), Óbidos, Paragominas, Parauapebas, Santarém, Tucuruí e Vigia de Nazaré.

positivamente o planejamento e a estruturação de políticas voltadas para migrantes de crise, lançando luz sobre esses sujeitos, em sua flagrante heterogeneidade, e suas trajetórias de (não) inserção no Brasil". A afirmação do autor corrobora para um cuidado de não somente impor um idioma ou algo semelhante, mas levar em consideração a essência da cultura do outro que é diferente, logo, ações integradoras trarão mais benefícios ao processo de inserção em uma nova cultura.

Os dois pontos discutidos evidenciam mais que a preocupação de uma dada realidade, mas ações de efetivas políticas linguísticas e sociais (Calvet, 2002, 2007) para amenização dos problemas enfrentados pelas pessoas que vivem em solo paraense. Sendo assim, a característica 3 levantada nos parágrafos anteriores quanto a necessidade de formação associadas a questões sociais se torna latente quando trazemos à baila que a independência de todo ser humano é preponderante para o seu crescimento pessoal, interpessoal e social. Schlatter (2020,) ao ser questionada sobre o contexto Latinoamericano e as particularidades de se ensinar e aprender o PLA afirma sobre o estabelecimento de relações com vistas a evidenciar as línguas e a sua história. A resposta da autora aponta para um cenário da relação entre português e espanhol e de que maneira o acesso ao idioma pode se tornar um empecilho ou não para acesso ao exercício de cidadania. Isso é forte, pois se alguém não tem acesso ao mínimo conhecimento de como funciona o idioma do seu ponto de vista estrutural e cultural poderá ficar à margem da sociedade. Desde esse ponto de vista, a política linguística como meio para alcançar os meios para conseguir a sobrevivência e acesso a outras políticas públicas do governo brasileiro, faz-se elementar para esse público. Dentro do cenário de levantamento de propostas de cursos de Português visando ao atendimento comunicacional dos estrangeiros Venezuelanos que vivem em Belém e nos distritos da cidade em situação de vulnerabilidade se torna uma iniciativa acertada, apesar de tímida e que precisa se adequar do ponto de vista metodológico.

A continuação, seguiremos com a análise das modalidades de ações de PLA que constam no quadro 2, na ordem com que se apresenta. Para entender melhor, a primeira ação de PLA tratava-se do curso "Português como língua estrangeira" voltado para Venezuelanos, realizado pela primeira vez no ano de 2018, conforme consta no site Institucional. Segundo o próprio *site*⁵ do IFPA indica, a primeira turma foi ofertada com 15 vagas com possibilidade de ampliação, devido à grande procura. O curso foi ofertado em parceria com a secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Pará (SEJUDH) através de cooperação técnica com o IFPA campus Belém. Apresentava uma proposta específica que era proporcionar a comunicação para uma vida mais digna da população venezuelana que passou a ocupar o território da capital Paraense no ano de 2017. O curso tinha duração de 15 meses com aula uma vez por semana.

Em consonância com a visão de criação do IFPA que é atender as demandas locais da sociedade que está inserido a referida proposta alcança os seus objetivos ao proporcionar aos venezuelanos em situação de vulnerabilidade social uma oportunidade de buscar a inserção na sociedade paraense de forma mais digna e com propósito. Nessa perspectiva Diniz (2021) diz que é preciso

[...] Uma política linguística plural, vale enfatizar, em que o ensino do português, como língua majoritária do Brasil, não esteja a serviço de um projeto – mesmo que não deliberado – de assimilação cultural, mas, ao contrário, seja estruturado em conjunto com ações para o fortalecimento de línguas minoritizadas. (Diniz, 2021, p. 233)

⁵<https://ifpa.edu.br/ultimas-noticias/943-ifpa-oferece-curso-de-portugues-para-venezuelanos>. Acesso em 05 jun. 2022.

Essa visão de uma linguística que vise à pluralidade está na concepção da língua portuguesa, principalmente pela sua característica diversa. Sendo assim, faz-se de suma importância que as práticas voltadas para assistência de pessoas em situação de vulnerabilidade possam ser diversas a começar pela relação da língua da própria pessoa que está em situação de refúgio em outro país, como é o caso dos Venezuelanos. Afinal, não há como descartar a sua própria língua do processo de aprendizagem. (Diniz, 2021)

A oficina Ensino de Português como Língua Adicional (PLA): Compartilhando experiência docente, tratava-se de uma atividade que tinha por objetivo capacitar os professores de línguas do IFPA para trabalhar com refugiados que eram atendidos pela secretaria de justiça e direitos humanos. A oficina foi ministrada pela professora Nanci Cartágenes, conforme consta no *site*⁶ Institucional, que compartilhou a sua experiência de mais de 20 anos com língua estrangeira em outras Instituições de ensino básico e superior. Ressalta-se que essa professora é a mesma que colaborou no curso de Português como língua estrangeira para Venezuelanos, no IFPA, ano 2018. No exposto acima, vemos que a iniciativa da preparação de uma atividade que ajudasse no trabalho de docentes que trabalhariam com refugiados demonstra uma preocupação por parte da Pró-reitoria de extensão do IFPA em integrar como política de promoção da língua (Mendes, 2019) para o trabalho que é de ensinar e aprender um idioma, mas que, acima de tudo, proporcionar dignidade através do conhecimento.

Outra ação proposta pelo IFPA e que destacamos como uma ação para o PLA foi o II Encontro de Internacionalização do IFPA (ENINTER). Nesse evento houve um momento para que a Professora Nanci Cartágenes falasse dos desafios e dificuldades que cercam o curso “O ensino do Português como Língua Adicional no Centro de Idiomas do IFPA/ Campus Belém”. A docente, de acordo com o que está no *site*⁷ do IFPA, relatou problemas de espaço físico, financeiro, falta de subsídios aos cursistas e alimentar. Destacou, também, que o Brasil faz parte do MERCOSUL, portanto, precisa alinhar as políticas educacionais para melhor atendimento dos refugiados na cidade.

A fala da docente, com relação à estrutura, revela que o incentivo não é suficiente para, minimamente, oferecer condições para o desenvolvimento das atividades. Fato este que (Silva, 2017) ao se referir ao ensino de PLE na Universidade Federal do Pará (UFPA) já apontava como um dos problemas para o melhor desenvolvimento. É claro que entendemos que a falta de apoio pode estar ligada a questões orçamentárias, mas também a questões políticas (Calvet, 2002, 2007). Portanto, é preciso que as ações de ensino e assistência para o PLA/PLE sejam políticas linguísticas *de facto* (Shohamy, 2006).

Outro fator que precisa ser lembrado como política linguística é o próprio evento de Internacionalização chamado ENINTER, pois quando uma instituição se propõe a abrir as portas para fora dos seus muros está consciente que mostrará o seu idioma, consumirá mais cultura; passará a dialogar mais em virtude dos cenários de países diversos, além de vender mais produtos relacionados ao ensino e aprendizagem (Nóbrega, 2016; Oliveira, 2013; Mendes 2019). Nesse cenário, podemos dizer que o IFPA tem buscado fortalecer à comissão de Internacionalização com a constituição dos

⁶PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO - IFPA - Disponível em: <https://proex.ifpa.edu.br/ultimas-noticias/279-ifpa-promove-capacitacao-em-linguas>. Acesso em 05 jun. 2022.

⁷Notícia publicada por ASCOM IFPA - REITORIA em: 02 out. 2019. Disponível em: <https://ifpa.edu.br/component/content/article?id=1110>. Acesso em: 08 jun. 2022.

novos membros da comissão, que este pesquisador ingressou em dezembro de 2022; deliberação de grupos de trabalho que revisarão documentos já existentes, a saber: Política de internacionalização do IFPA, regulamento para mobilidade estudantil Internacional e regulamento para exame de proficiência. Todas essas frentes permitirão que atuemos de forma mais direta para inserir o PLA nas ações institucionais.

Seguindo na modalidade de ação curso, no campus Parauapebas, em março de 2022, houve a oferta do curso de formação inicial e continuada de língua portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para surdos – básico. Tratava-se de um curso destinado a pessoas surdas que possuíam algum conhecimento da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Como requisito o candidato precisaria possuir o ensino fundamental completo até a data de publicação da chamada pública.

O curso tinha o objetivo de preenchimento de 30 vagas, mas alcançou 19 inscritos, conforme consta no resultado do edital disponível no site do IFPA Campus Parauapebas. Como a sua modalidade é um curso de formação inicial e continuada (FIC) estava dividido em dois semestres com a carga horária total de 100h. Pretende-se que ao Final do curso o egresso produza “novos conhecimentos e se insira como sujeito na vida social política e cultural de forma ativa, participativa e solidária consciente do seu papel de cidadão” (PPC, 2019, p. 5-6). Com base no exposto, percebe-se que o centro de idiomas de Parauapebas ofertou o curso com base na necessidade local de um público surdo que tem deficiências na escrita do Português. Tal fato corrobora a missão que o IFPA tem de igualdade, atendimento aos mais vulneráveis, além da missão do Centro de idiomas (CENI) que é capacitar à comunidade local interna ou externa.

Tudo isso gera uma reflexão sobre a capacidade que a LA tem de se relacionar com questões linguísticas e sociais. Dessa forma, a perspectiva de uma LA Indisciplinar (Moita Lopes, 2006) se justifica ao se relacionar com o meio social, de modo a procurar amenizar problemas da sociedade na qual está inserida o pesquisador. Observa-se que a professora que ministrou o curso também é surda. Logo, ela mais do que ninguém, sabe os desafios da escrita de Português como L2.

Outro item importante para identificarmos a situação do PLA no IFPA foi a proposta de cursos de formação inicial e continuada (FIC) de Língua Portuguesa e Comunicação e português Instrumental I em parceria com a Fundação Papa João Paulo II (FUNPAPA). De acordo com a figura divulgada no *site*⁸ do IFPA campus Belém e complementada com a matéria, trata-se de abertura de propostas de cursos FIC e de curta duração que atendam pessoas em situação de vulnerabilidade de Belém e região.

O público em situação de vulnerabilidade são índios jovens Venezuelanos da etnia *Warao*. O ponto interessante é que os cursos voltados para o Português não estão denominados como língua estrangeira ou adicional, mas entendemos que se trata do português como PLE ou PLA, uma vez que o público-alvo é de estrangeiros. O referido fato, corrobora a necessidade de que (Diniz, 2021) aponta quanto a oferta de PLA em uma perspectiva plural que inclua os estrangeiros necessitados, sem um assistencialismo sem propósito. Ao ser proposto a oportunidade de Jovens em situação de vulnerabilidade se qualificar percebe-se a preocupação de ofertar muito mais que uma ajuda, mas a condição para a própria subsistência.

O último ponto que identificamos no quadro sobre ações do IFPA para o PLA não se trata de

⁸FONTE: IFPA CAMPUS BELÉM: Notícia publicada em: 13 mai. 2022. Disponível em: <https://belem.ifpa.edu.br/publicacoes/1485-ifpa-campus-belem-faz-levantamento-de-cursos-fic-para-atender-publico-em-situacao-de-vulnerabilidade>. Acesso em: 07 jun. 2022.

uma ação direta, mas algo que pode se desdobrar. Ao analisar a publicação do *site*⁹ do campus Conceição do Araguaia nos deparamos com a matéria e passamos a ler. A busca que fizemos usando a palavra-chave “Português” nos levou para essa notícia. Ao realizar a leitura um fato nos chamou atenção quando na matéria um representante indígena disse que aprendeu muito no IFPA e teve que superar muitas barreiras, entre elas a língua portuguesa. A leitura do texto, fez-nos entender que a situação de dificuldades não está simplesmente de povos que vieram de fora do território brasileiro, mas os que estão ao nosso redor. Sendo assim, pensamos que o IFPA poderia se preocupar com o ensino do Português como língua adicional para os indígenas da área de abrangência dos campi Marabá Rural, Parauapebas Conceição do Araguaia entre outros como forma de propiciar condição de acesso, até mesmo porque nas políticas afirmativas da Instituição é previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional a assistência a indígenas, quilombolas entre outros grupos que possam se encontrar em situação de vulnerabilidade. Portanto, políticas linguísticas de PLA que valorizem o ser humano, no lugar da língua, são objetivos que precisam ser alcançados, afinal, a constituição da língua ainda que tenha sido imposta em algum momento, como apontam Oliveira e Barboza (2014) não pode servir para oprimir, tampouco tornar pequena a língua do outro, mas propor um trabalho intercultural crítico (Diniz, 2021).

Considerando os objetivos e questões de pesquisa os dados mostram que as ações do IFPA no que concerne às línguas estrangeiras são guiadas por meio de resoluções específicas e previstas em seu PDI. No entanto, evidencia-se que trazer como meta o ensino de português como adicional e suas diversas nomenclaturas, como aponta Diniz (2021), Ramos (2021), trará uma objetividade maior e alavancará o ensino e aprendizagem de PLA com possibilidade de investimento de capital humano, com profissionais do próprio IFPA atuando, investimento financeiro com a providência de espaço adequado, material didático entre outras.

Analisamos que houve sim iniciativas Institucionais, realizadas em sua maioria na capital, Belém, mas que, ao nosso ver, foram incipientes para o melhoramento da proposta de ensino de PLA. Tal afirmação surgiu das condições como o primeiro curso foi ofertado em 2018, em Belém, não pela necessidade latente de aprendizado dos indígenas da Etnia *Warao*, na ocasião, mas pela falta de apoio, formação docente e continuidade de ações de PLA mais efetivas e direcionadas.

Além disso, ao longo dos últimos 6 anos que tomamos como recorte, neste artigo, só identificamos 6 ações, das quais duas não estão relacionadas diretamente ao PLA. Por tudo isso, depreendemos que fatores internos, como a falta de espaço e muitas vezes de disponibilidade de carga horária docente, além dos fatores externos como a falta de recursos para o desenvolvimento de projetos mais direcionados a realidade dos estrangeiros inviabilizaram ações mais concretas.

Os dados evidenciaram, do ponto de vista da ampliação de ações voltadas para o PLA, nos *campi* do interior, que é viável pensar propostas que levem em conta a realidade de cada campus. Dessa forma, o estabelecimento de parcerias educacionais com prefeituras e entidades não governamentais, para ações de PLA, seria importante para o desenvolvimento Sociocultural e econômico, além de permitir maior autonomia e a manutenção da esperança em dias melhores.

⁹Disponível em: <https://conceicaodoaraguaia.ifpa.edu.br/component/content/article/17-ultimas-noticias/475-ifpa-capacita-indigenas-para-atuarem-nas-aldeias-como-educadores-e-tecnicos>. Acesso em: 07 jun. 2022.

Considerações finais

Com base nas discussões realizadas neste artigo que estiveram ancoradas no contexto das políticas linguísticas (Calvet, 2002; 2007), Mendes (2019), Schalatter (2020), Diniz (2021) entre outros, e para fins de considerações finais, resgatamos o objetivo geral que é analisar a implementação de políticas linguístico-institucionais de Português como língua adicional (PLA) no Instituto Federal do Pará para indicar que alcançamos tal objetivo ao identificarmos que o IFPA, enquanto Instituição pública que tem o compromisso com a educação como instrumento de mudança social tem agido e realizado políticas linguísticas de PLA, ainda que não sejam de forma tão intensas, como apontou a pesquisa. Isso sugere que a instituição se empenhe mais e traga como metas a preocupação com a oferta de PLA.

Identificamos que as configurações Institucionais regulamentam e dão base para que se ofereça ações que promovam a visibilidade das línguas estrangeiras, seja na oferta de cursos de Formação inicial e continuada, palestras, eventos etc. Nesse sentido, a pergunta de pesquisa 1, denominada “Qual (ais) curso (s), eventos de PLA foram propostos pelo IFPA e como se caracterizou?” revelou que as poucas ações realizadas, constante no quadro 2, começaram a partir do ano 2018, resumindo-se entre cursos, relato de experiência em evento de internacionalização, propostas de cursos para atendimento de indígenas da etnia *Warao*. Esses dados revelam que as ações de PLA no IFPA se acercam mais ao auxílio das dificuldades enfrentadas pelos indígenas Venezuelanos. Logo, é necessário que tais ações sejam melhoradas e institucionalizadas para que haja investimentos direcionados em manutenção e ampliação das atividades, não somente a esse público, mas a outros estrangeiros que, porventura, necessitem de auxílio na sua formação.

A questão de pesquisa “Quais motivos teriam contribuído para o estabelecimento de Políticas para o PLA no IFPA?” é contemplada a partir da necessidade de execução de ações em que cada campus do IFPA está inserido, como exemplo, podemos citar o curso Português para estrangeiros Venezuelanos, ofertado em 2018 pelo CENI Belém, que vieram para o Brasil como refugiados em virtude de problemas em seu país. Esse curso, além de contribuir com a realidade latente à época, compõe as políticas linguísticas da Instituição que ao estarem previstas nos documentos, mesmo que de forma indireta, darão legalidade a quem realizar qualquer outra atividade.

Além disso, todas as modalidades de ações realizadas pelo IFPA, que tratam explicitamente de PLA são de suma importância, mas não foram únicas. É importante salientar que no mesmo quadro 2, apresentamos o item “Notícia-capacitação” de membros indígenas *Parakanã* que estavam em formação para trabalharem nas suas aldeias. Essa notícia é pertinente, pois estando o IFPA presente na Amazônia em todas as regiões do estado do Pará faz-se imprescindível o acercamento com tais povos para oferta de formação e melhor entendimento da língua portuguesa como língua não materna e até que ponto esse público realmente quer alguma ação por parte da instituição.

A nossa pesquisa não pretende esgotar as discussões no que se refere ao PLA no IFPA, pois compreendemos que é possível ampliarmos as discussões a respeito do papel da língua portuguesa como adicional, além de contribuir para discutir as metas e objetivos institucionais para a internacionalização da Instituição. Junte-se a isso, a própria configuração do Brasil como país que recebe estrangeiros de diversas nacionalidades, dessa forma, as pesquisas sobre o papel da língua portuguesa como transnacional (Schalatter, 2020) carecem de continuidade e ampliação, não somente com o ensino e aprendizagem de língua portuguesa, mas com o conhecimento e reconhecimento por parte dos que compõe a instituição da responsabilidade e peso que essa língua carrega.

Referências

- ALENCAR, Tiêgo Ramon dos Santos. *Ensino de português como língua adicional na Universidade Federal do Amapá: ações de política de línguas em contexto de internacionalização*. Dossiê Especial: Português como Língua Adicional em contextos de minorias: (co)construindo sentidos a partir das margens BIZON & DINIZ (Orgs.). R E V I S T A X, C u r i t i b a, v o l u m e 13, n. 1, p. 323-350, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/60852>. Acesso em: 18 dez. 2021.
- ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes. *O Ensino de Português como Língua Não-Nativa*. In Biblioteca Virtual do Museu da Língua Portuguesa. São Paulo, 2006. Disponível em: <www.estacaodaluz.org.br>, seção Ensino da Língua Portuguesa. Acesso em: 03 jun. 2022.
- ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes. *Ensino de português língua estrangeira/EPL: a emergência de uma especialidade no Brasil*. In LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S., orgs. *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 723-728. ISBN 978-85-232-1230-8. Available from SciELO Books. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/67y3k/pdf/lobo-9788523212308-51.pdf>. Acesso em: 29 set. 2019.
- ARENDT, Hannah. *O que é política?* [editoria, Ursula Ludz]; 3^o ed. Tradução de Reinaldo Guarany. – 3^o ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 240 p. Tradução de: Was ist 960s-colon? Inclui apêndice ISBN 85-286-0640-6. Disponível em: http://arquivos.eadadm.ufsc.br/somente leitura/EaDADM/UAB_2017_1/Modulo_1/Ciencia%20Politica/Material%20Complementar/O%20que%20%C3%A9%20pol%C3%ADtica%20Hannah%20Arendt.pdf Acesso em: 29 abr. 2022.
- BESSA, Maria de Camargo; WEISS. Denise Barros. *Formando professores de Português como Língua Adicional (PLA) para a superdiversidades: desafios*. Dialnet. Letras de Hoje: Estudos e debates de assuntos de lingüística, literatura e língua portuguesa, ISSN 0101-3335, Vol. 55, Nº. 4, 2020, págs. 412-423 Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7847346>. Acesso em: 09 dez. 2021.
- BIZON, Ana Cecília Cossi; DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. *Uma proposta Pós-colonial para a produção de materiais didáticos de português como língua adicional*. LÍNGUAS E INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS – Nº 43 – jan-jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8658345>. Acesso em: 18 dez. 2021.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola, 2008.
- BULLA, Gabriela da Silva; KUHN, Tanara Zingano. ReVEL na Escola: *Português como Língua Adicional no Brasil – perfis e contextos implicados*. ReVEL. Vol. 18, n. 35, 2020. Disponível em: www.revel.inf.br. Acesso em: 02 jun. 2022.
- BRASIL, Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, SEB, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf Acesso em: 17 jan. 2023.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. *Documento-base do exame Celpe-Bras* [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/documento_base_do_exame_celpe_bras.pdf. Acesso em: 15 dez. 2021.

- CALVET, Louis-Jean 2007. *As Políticas Linguísticas*. São Paulo: Ipol/Parábola.
- CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. *Políticas linguísticas para o ensino de português como língua adicional: acolhimento ou silenciamento?* Entrevista concedida a Marília Lima Pimentel Cotinguiba. RE-UNIR, v. 8, n. 1, p. 231-242. 2021. ISSN - 2594-4916. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/RE-UNIR/article/view/6348/3975>. Acesso em: 25 maio 2022.
- GARCIA, Gisele; MACEDO, Danilo. *Cresce procura pelo ensino do português do Brasil no mundo*. Agência Brasil, 2015. Disponível em <http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2015/05/cresce-procura-pelo-ensino-do-portugues-do-brasil-no-mundo>. Acesso em: 14 out. 2019.
- GOMES, Rosivaldo. *Ser professor de português língua adicional: representações e desenvolvimento profissional de um professor em formação inicial*. Eutomia, Recife, 27(1): 78-98, out. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/article/view/248740>. Acesso em: 07 jun. 2022.
- GUIMARÃES, Felipe Furtado; FINARDI, Kyria Rebeca. *Internacionalização e português como língua estrangeira (PLE): levantamento e discussão*. Revista Internacional de Educação Superior, Campinas, SP, v. 8, n. 00, p. e022003, 2021. DOI: 10.20396/riesup.v8i00.8663449. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8663449>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- LUCCHESI, Dante. *A Diferenciação da Língua Portuguesa no Brasil e o contato entre línguas*. Estudos Linguísticos Galega, n. 4, 2012. Disponível em: <https://revistas.usc.gal/index.php/elg/article/view/403>. Acesso em: 05 dez 2021.
- LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli, E. D.A. *Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas*. 1 ed. Rio de janeiro: E.P.U., 1986.
- MARQUES, Aline Aurea Martins. *Políticas linguísticas e ensino de português como língua de acolhimento para imigrantes no Brasil: uma discussão a partir da oferta de cursos nas universidades federais / Aline Aurea Martins Marques*. 2018. 136 f. Dissertação (Mestrado) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/189500#:~:text=As%20iniciativas%20para%20o%20ensino,expans%C3%A3o%20e%20C3%A9%20relativamente%20bem>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- MENDES, Edleise. *A promoção do português como língua global no século XXI – um cenário a partir do brasil*. Linha D'Água (Online), São Paulo, v. 32, n. 2, p. 37-64, maio-ago. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/154924>. Acesso em: 16 fev 2022.
- MOITA LOPES, L. P. *Como e por que teorizar o português: recurso comunicativo em sociedades porosas e em tempos híbridos de globalização cultural*. In: MOITA LOPES, L. P. *O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 101-119.
- NÓBREGA, Maria Helena da. *Políticas linguísticas e internacionalização da língua portuguesa: desafios para a inovação*. Revista de Estudos da Linguagem, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 417-445, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/8603/0>. Acesso em 19 nov. 2021.
- OLIVEIRA, Gilvan Müller de. *Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI*. Trab. Ling. Aplic., Campinas, n (52.2): 409-433, jul.2013
- OLIVEIRA, Luiz Eduardo; BARBOZA, Giselle Macedo. *O Marquês de Pombal e a Instituição do Ensino*

de Português no Brasil. Revista Tempos e Espaços em Educação, v. 6, n. 11, p. 17-24, 24 jun. 2014. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/2537>. Acesso em: 22 de mar. 2022.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR (PPC). *Plano do curso FIC de Língua Portuguesa como Segunda Língua*. Instituto Federal do Pará, campus Parauapebas, 2019

RAMOS, Ana Adelina Lôpo. *Língua adicional: um conceito “guarda-chuva”*. Revista Brasileira de Linguística Antropológica. Volume 13, p. 300-334, 2021 DOI: 10.26512/rbla.v13i01.37207. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/ling/article/view/37207/32129>. Acesso em: 12 jan. 2023.

SANTOS, Janderson Martins dos. *Práticas de ensino de professores de português - língua estrangeira: os impactos da heterogeneidade linguístico-cultural*. 2017. 325 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Belém, 2017. Programa de Pós-Graduação em Letras. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10339>>. Acesso em 14 out. 2020.

SEVERO, Cristine Gorski. *Política(s) linguística(s) e questões de poder*. Alfa, São Paulo, 57 (2): 451-473, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/5132/4670>. Acesso em: 18 mar. 2022.

SILVA, Edielson Monteiro da. *Português língua adicional no Instituto Federal do Pará – Campus de Parauapebas: configurações institucionais de uma política linguística*. 2023. 107f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2023.

SILVA, Elias Ribeiro da. *A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos*. Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, SP, v. 52, n. 2, p. 289-320, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8645376>. Acesso em: 14 mar. 2022.

SCHLATTER, Margarete; BULLA, Gabriela da Silva.; COSTA, Everton Vargas da. *Português como Língua Adicional: uma entrevista com Margarete Schlatter*. ReVEL. vol. 18, n. 35, 2020. Disponível em: www.revel.inf.br. Acesso em: 13 dez. 2021.

SHOHAMY, Elana. *Language policy: hidden agendas and new approaches*. London: Routledge, 2006.

WIT, Hans de. *Internationalization of Higher Education: nine misconceptions*. International Higher Education, Chestnut Hill, v. 64, p. 6-7, 2011.